

# TEORIAS AGRÁRIAS E AS RESISTÊNCIAS CAMPONESAS

## AGRICULTURAL THEORIES AND THE RESISTANCE PEASANT

**Alessandra Rodrigues Guimarães**

Mestranda em Geografia/PPG/UFG/Campus Catalão/bolsista CAPES

**alessandraufu@gmail.com**

**Sandra Aparecida Alves**

Mestranda em Geografia/PPG/UFG/Campus Catalão/bolsista CAPES

**sanddrap@hotmail.com**

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal a realização de um breve resgate histórico sobre as teorias agrárias, baseadas em autores como Shanin, Kautsky e Chayanov, e também em autores que discutem a questão agrária no território brasileiro como Fernandes, Fabrini, Girardi, Ramos Filho e Oliveira. A questão agrária é um tema discutido e analisado desde o século passado, pois o mundo todo passou e ainda está passando por grandes transformações, principalmente no meio rural, onde a exclusão do camponês fica mais evidente. O camponês, ao lutar contra o sistema capitalista de produção, resiste e se recria constantemente, se afirmando em seu território de luta e de conquista, demonstrando que o saber camponês, que o modo de vida camponês, não é algo para se deixar de lado. A cultura, as crenças e os saberes, são formas nas quais os camponeses garantem seu lugar e seu território, (re)existindo mesmo com a expansão do capitalismo na agricultura.

**Palavras-chave:** Teorias agrárias. Questão agrária. Resistência camponesa.

### ABSTRACT

This article's main objective is to carry out a brief historical theories about the agrarian based on authors like Shanin, Kautsky and Chayanov and also authors who discuss the agrarian question in Brazil as Fernandes, Fabrini, Girardi, Ramos Filho and Oliveira. The land issue is a topic discussed and analyzed since the last century since the world began and is still undergoing major changes, especially in rural areas where the exclusion of the peasant, becomes more evident. The peasant, the fight against the capitalist system of production, resists and recreated constantly asserting itself in its territory of struggle and achievement, demonstrating that knowledge peasant, the peasant way of life, not something to be put aside. The culture, beliefs and knowledge are ways in which peasants ensure its place and territory (re)exist even with the expansion of capitalism in agriculture.

**Key-words:** Agrarian theories. Agrarian question. Peasant resistance.

### INTRODUÇÃO

O campesinato ao longo da história é analisado por diversas correntes e teorias. Os teóricos, a partir de suas correntes e análises “traçam o destino” do campesinato. Alguns teóricos clássicos, como Kautsky, Chayanov e Shanin são fundamentais para essa construção do conceito de campesinato, pois muitos estudiosos vão beber de suas teorias para “definirem o destino” do campesinato no mundo. Neste artigo, trataremos algumas considerações destes autores clássicos e também de outros estudiosos da atualidade que debatem o campesinato no

Brasil, como José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano, dentre outros.

Sem uma ordem cronológica, mas de análise, iniciaremos o debate, primeiro com os pensadores clássicos e em seqüência com os pensadores da atualidade, pois acreditamos ser necessário conhecer a raiz do debate, “beber na fonte”, para então compreender o debate na atualidade e compreender a evolução da questão agrária dentro da lógica do modo de produção capitalista.

As teorias agrárias são bastante estudadas e discutidas para que possamos compreender como ocorre a questão agrária e a resistência camponesa nos dias de hoje, pois, devido ao sistema capitalista, essa realidade está em constante transformação. Assim, faremos uma discussão em torno das teorias agrária e da resistência camponesa.

### **As teorias e o campesinato**

Iniciaremos o debate com a obra “Questão Agrária” de Karl Kautsky. Faremos alguns apontamentos de sua obra, pois como colocamos, é necessário voltar aos clássicos para não ter interpretações simplificadas e vazias. É necessário que cada estudioso volte ao autor, ao clássico e não fique apenas com a interpretação de alguém.

É importante destacar que “A Questão Agrária” foi produzida por Kautsky (1986) no final do século XIX, na social democracia alemã, onde se debatia o papel do campesinato dentro do processo de construção da sociedade socialista. Esse autor em suma, acreditava que a agricultura camponesa era inviável e a grande exploração capitalista era a solução para o campo. Sua visão sobre o campesinato era muito preconceituosa, já que para o autor, o campesinato era uma classe miserável e retrógrada e só atrapalhava o desenvolvimento do capitalismo.

Para Kautsky (1986), o capitalismo se desenvolve nas cidades a partir da indústria, no entanto, os camponeses da Idade Média eram auto-suficientes, não dependiam do mercado para viver, nas suas palavras “[...] do resultado do mercado poderiam depender a sua abastança e o seu luxo, mas nunca a sua existência”(KAUTSKY, 1986, p. 19). Dessa forma, a sociedade camponesa era indestrutível.

Ainda na Idade Média, essa realidade começa a mudar, e o campesinato se encontra com as novas tecnologias produzidas pela indústria moderna. A partir de então, a indústria doméstica camponesa é eliminada e o campesinato passa a ter cada vez mais a necessidade do dinheiro. Para conseguir o dinheiro, o camponês passa de artesão a agricultor puro, como define Kautsky,

Assim, o camponês foi finalmente forçado a tornar-se o que se entende hoje por camponês, coisa que absolutamente não foi de início: um agricultor puro[...] O camponês caíra agora sob a dependência do mercado, que era para ela ainda mais caprichoso e mais incerto que a temperatura (1972, p. 21).

A partir deste momento, a produção agrícola se transforma em produção de mercadorias e o campesinato passa a depender do mercado, como também do intermediário, na visão de Kautsky (1986). Entre o camponês que produzia e o consumidor, havia o comerciante.

A consequência é o aumento da exploração do campesinato, lhe obrigando a se endividar e hipotecar suas terras. Muitos camponeses perdem suas propriedades nesse processo e se tornam proletariados. Nas palavras de Kautsky([1899], 1980, p.35), “[...] o capital não se restringe a sua ação na indústria. Assim que adquire forças bastantes, apodera-se também da agricultura”.

Na análise do autor, com a inserção do capitalismo no campo, a agricultura que era um setor extremamente atrasado, se torna o mais revolucionário das formas de exploração moderna, se torna uma ciência, ao contrário da produção camponesa que não conseguia evoluir. Assim, o camponês torna-se um agricultor atrasado no campo.

[...] o agricultor não familiarizado com esses conhecimentos, o “prático” puro, assiste impotente e perplexo às inovações. E, contudo, não pode persistir no método antigo, porque já lhe é impossível o cultivo segundo os processos consagrados de pais e avós (KAUTSKY, 1972, p. 58).

A forma encontrada para que a família camponesa sobrevivesse no campo, era o desenvolvimento do trabalho acessório, ou seja, o camponês passa a ser considerado um assalariado. Kautsky(1972) afirma ainda, que dentro do capitalismo, o camponês torna-se um proletário, mesmo sendo proprietário:

Ele [o camponês] é um trabalhador, pois não vive do produto de sua empresa, mas do produto de sua própria atividade. O seu gênero de vida é de um assalariado. Tem necessidade da terra como de um meio para ganhar o pão como operário, e não para tirar qualquer lucro ou renda fundiária. Quando a venda de seus produtos, desfalcando-lhe a dispensa, lhe remunera o trabalho, ele ainda consegue viver [...]. Ele chega à produção capitalista, não como empresário, mas como operário explorado pelo patrão (1972, p. 157).

Analisando a pequena propriedade camponesa a partir da inserção do capitalismo na agricultura, o autor já prevê a integração da agricultura e da indústria, o que transforma o camponês em trabalhador assalariado, seja no campo ou na cidade. E assim, a grande propriedade rural é mais eficiente e produtiva, ao contrário da pequena propriedade camponesa, nas palavras de Kautsky(1972, p.124) “[...] a grande exploração agrícola é a que

melhor satisfaz as necessidades da grande indústria agrícola. Essa, muitas vezes, quando não tem uma grande exploração deste gênero à sua disposição, a cria”.

A partir de sua análise, no final do século XIX, da influência capitalista na agricultura e suas transformações no campo Russo, Kautsky(1986) afirma sua tese da superioridade da grande propriedade.

Dessa forma, estando inferior tecnicamente à grande propriedade, a pequena propriedade passa a servir a indústria como fornecedora de matéria-prima e também de mão-de-obra. No entanto, o autor afirma que o campesinato sobreviverá se conseguir cooperar, ou seja, para sobreviver e enfrentar o capitalismo agrário, os camponeses devem se organizar em ligas, de forma coletiva e organizar a produção coletivamente.

O autor Chayanov (1981) foi contemporâneo de Kautsky(1972),e sua obra foi produzida no mesmo contexto de debate sobre o papel do campesinato na sociedade. Sua posição era divergente a de Kautsky (1972), e sua obra foi pioneira no que se refere ao estudo da unidade de produção camponesa, considerando elementos que outros autores até então, não consideravam.

A teoria Chayanoviana, se baseia na existência de um modo de produção doméstico camponês, ou seja, teoriza os sistemas econômicos não capitalistas. O autor estudou as características internas da unidade de produção camponesa, mostrando sua existência e resistência dentro do modo capitalista de produção, apontando inclusive a alternativa da cooperação como forma de organização e enfrentamento as grandes corporações do mercado.

A partir de sua análise dos sistemas econômicos capitalistas, Chayanov(1981) contribuiu para a compreensão da economia camponesa, descrevendo o funcionamento das unidades camponesas familiares, destacando suas peculiaridades e as diferenciando do modo capitalista de produção, isso pode ser melhor entendido, quando o autor afirma que não se pode compreender a unidade camponesa como parte do sistema capitalista.

Na exploração agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Uma simples observação de estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a categoria salários, impor a esta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra (CHAYANOV, 1981, p. 38).

A força de trabalho familiar é o maior valor da unidade camponesa, pois ela se organiza a partir desta força de trabalho e assim, não se apropria do trabalho de outros trabalhadores e conseqüentemente não extrai a mais-valia.O campesinato, segundo o autor, é a maior forma de produção agrária baseada em uma forma não capitalista.

O Campesinato, na visão do autor, não é apenas o trabalhador na unidade camponesa, mas também é proprietário dos meios de produção, assim, ele buscará sempre a melhoria e a otimização da produção, buscando ampliar a renda familiar sem explorar o trabalho alheio, o que a difere diretamente da empresa capitalista, que tem como objetivo o lucro.

Dessa forma, Chayanov(1981) define o campesinato como um modo de produção e um modo de vida, pois a agricultura camponesa consegue articular a produção e a reprodução da familiar, conseguindo avançar além das teorias que analisam as categorias do sistema capitalista.

Para fechar esta breve análise acerca dos teóricos clássicos sobre o campesinato, apresentaremos agora as idéias centrais de TeodorShanin (1979), o qual define o campesinato como a “classe incômoda”.

O campesinato na visão ao autor busca assegurar sua organização social, política e econômica através do fortalecimento do trabalho familiar, ou seja, da economia familiar. Assim, a lógica camponesa era o ciclo familiar e não a lógica da acumulação capitalista, por conseguinte,

La familia y la explotación aparecen con términos casi sinónimos (...). El crecimiento de la familia originaba presiones de consumo adicionales. El jefe de la nueva unidad doméstica trataba de ampliar su tamaño y elevar su renta mediante la compra o arrendamientos de tierras y equipo y, a veces, empleando el trabajo familiar en actividades artesanales y comerciales (promysly). El crecimiento de los hijos se traducían en un aumento de la fuerza de trabajo pero, al mismo tiempo, según se indicó anteriormente, el consumo familiar se elevaba también, creándose problemas de empleo. Después de cada una de estas particiones o después de la división general que seguía a la muerte del jefe de la unidad doméstica, las nuevas explotaciones dirigidas por parejas jóvenes comenzaban de nuevo el ciclo descrito (SHANIN, 1967, p. 59).

A partir desta visão, o campesinato construía sua lógica de sobrevivência, lógica essa calcada na economia familiar, como afirmou o autor “[...] a economia familiar é um elemento mais significativo para compreendermos que o camponês é um modelo geral de campesinidade” (SHANIN, 2008, p. 34).

As obras de Shanin vêm reforçar a idéia de que o campesinato é capaz de se recriar, de sobreviver às crises e perpetuar ao longo da história. Assim, o autor considera o campesinato não como um portador de características de uma “matriz geral”, “[...] mas um grupo social que existe na consciência direta e na ação política de seus membros” e deve ser compreendido como “[...] ator e sujeito da história social” (SHANIN, 1980, p. 70).

Nessa perspectiva, TeodorShanin compreende o campesinato como um modo de vida, mas

dentro da diversidade, já que existem diversos modos de ser camponês. Podemos chamar aqui do modo de ser e viver camponês. Nesse sentido, compreendemos que

Camponês é uma mistificação. Para começar “um camponês”, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo (SHANIN, 2005, p. 01).

Shanin(2005) apresenta características importantes para analisar o campesinato e compreendê-lo, tais como o trabalho familiar, as “normas de cognições típicas”, onde o camponês constrói seu tempo de trabalho e de lazer, além do modo de vida camponês, que perpassa pela ajuda mútua entre os camponeses. A partir desses elementos colocados pelo autor, a família camponesa se torna um elemento central da análise.

Os elementos apresentados por Shanin (2005), só representará a realidade se não forem utilizados de forma estrutural, o que negará questões centrais na transformação no campesinato e do seu modo de vida e luta.

A especificidade do camponês reflete a interdependência entre os elementos básicos mencionados e não pode ser pura e simplesmente reduzida a qualquer um deles. Ao mesmo tempo, o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. [...] O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto interna quanto externa, isto é, suas especificidades reações e interações com o contexto social mais amplo (SHANIN, 2005, p. 05).

O campesinato se (re)significa enquanto sujeito de luta na ou pela terra e tendo a família como centralidade, ressaltando, as transformações e potencialidades expressadas a partir da noção do campesinato, das articulações que acabaram por fazer do camponês uma classe em constante transformação e afirmação.

Nesta mesma linha, se destaca José de Souza Martins, que no livro “Os camponeses e a política no Brasil”, ele define o termo camponês e campesinato, como termos políticos, com grande carga ideológica vinculada à esquerda, aos trabalhadores do campo e suas lutas.

José de Souza Martins se tornou referência no debate da questão agrária no Brasil. Seu enfoque principal é o campesinato e o avanço do capitalismo no campo, perpassando pela sujeição da renda da terra ao capital e da subordinação cada vez maior do trabalhador.

Para esse autor,

[...] não é preciso que as forças produtivas se desenvolvam em cada estabelecimento agrícola ou industrial, em cada sítio ou oficina, a ponto de impor a necessidade das relações caracteristicamente capitalista de produção, de impor o trabalho assalariado, para que o capital estenda suas contradições e sua violência aos vários ramos da produção no campo e na cidade (MARTINS, 1981, p. 14).

Martins (1981) coloca a existência do campesinato enquanto classe, a qual para o autor, não é devidamente reconhecida pela falta de conceituação exata, e ainda, devido a sua rejeição no processo histórico brasileiro. A partir dessa análise, o autor buscará clarear as origens do campesinato brasileiro e clarear essa exclusão ideológica e política da luta camponesa no Brasil.

O autor analisa a concepção do campesinato brasileiro a luz do sistema escravista, latifundiário e exportador e também da mercantilização da terra, ocorrida no Brasil em 1850 com a “Lei de Terras”. Para o autor, começava a ficar mais claro a luta de classes no campo, até então encoberta pela escravidão.

Agora o espaço do camponês passa a ser um e o espaço do fazendeiro passa a ser outro. Em segundo lugar, porque as modificações no regime fundiário abrem caminho para um novo campesinato, que cada vez mais terá menos que ver com o velho campesinato de posseiros e agregados. Trata-se de um campesinato de pequenos proprietários, um campesinato de homens livres, compradores de terra, cuja existência é mediatizada por uma terra já convertida em mercadoria [...] (MARTINS, 1981, p. 43).

A apropriação capitalista da terra coloca a terra em equivalência com o capital, subordinando assim o trabalho do camponês. Dessa forma, a propriedade privada da terra para Martins (1981) é uma contradição. Para Almeida e Paulino “[...] a condição capitalista da terra é inerente e está oculta, razão pela qual é fundamental separar produção do capital e reprodução capitalista do capital” (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p. 122).

Dessa forma, a sujeição da renda da terra ao capital está invisível aos olhos do campesinato, pois ela está ocultada no crédito, na circulação de mercadorias e na produção de alimentos baratos para a indústria. Martins (1981, p. 175) coloca que [...] “o capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe”.

A luta pela terra é também uma luta contra o capital, o que fortalece ainda mais o significado da luta camponesa na e pela terra. Nesse sentido, o termo camponês e campesinato, se tornam referências políticas e ideológicas na luta de classes.

A introdução do termo camponês é importante, porque ele fortalece e dá sentido político ao povo do campo, que até então era definido por diferentes termos, como caiçara, caipira, dentre outros. Essas diversas definições eram e ainda são carregadas de pré-conceitos, tidas como sinônimos de atraso, ignorância. Ainda hoje, o termo camponês e campesinato são vistos por muitos estudiosos, principalmente aqueles que seguem a linha da agricultura familiar, como sinônimo de atraso e de ignorância.

Como forma de definir bem as classes no campo, Martins (1981) também define os grandes proprietários de terra, que eram chamados de fazendeiros, senhores de engenho, e também como latifundiários. Esses dois sujeitos, o camponês e o latifundiário, se tornam sujeitos políticos e históricos das lutas e confrontos de classes no campo brasileiro. Hoje, o latifúndio se transformou no chamado agronegócio.

O inimigo do campesinato não é mais o latifundiário, mas grandes empresas multinacionais que controlam grande parte das terras, a água, as sementes e os demais insumos utilizados na produção. Dessa forma, se coloca no campo uma luta política entre o campesinato e o latifúndio. Segundo esse autor,

A classe dominante busca conservar em suas mãos o meio de produção, o poder, bem como intensificar a exploração do trabalho [...] A classe dominada, por sua vez, luta por maior apropriação dos resultados do seu trabalho, pela libertação do domínio dos exploradores [...] (MARTINS, 1981, p. 06).

Dessa forma, o termo camponês, ressignifica o lugar social do campesinato na história e no campo brasileiro. Martins (1981) destaca também que o pré-conceito com o campesinato não é praticado apenas pelos latifundiários, mas também pelas pessoas de esquerda de uma forma geral, pois ele era visto como atrasado, incapaz de fazer e compreender o debate político, ele estava de certa forma excluído, mesmo fazendo parte dos debates de esquerda, mas não era aceito como sujeito político. Esse autor, afirma que o camponês era um estranho:

[...] como se fosse um estranho chegando retardatário ao debate político. Este fator irá influenciar diretamente no modo pelo qual são tratados, até mesmo por aqueles que se dizem seus aliados. Muitas vezes são encarados como uma ameaça, um perigo e outras vezes como sendo incapaz de fazer história, de definir e atuar no processo histórico senão no sentido de controle. Isso definirá também o modo de colocá-lo no debate político através da “conscientização” ou da “aliança subordinada”, às diretrizes da classe operária (MARTINS, 1981, p.164).

Assim, com a falta de um conceito que o defina de forma completa e socialmente, o camponês se torna um ator inferior no processo histórico. Para Martins (1981), a história brasileira é a história urbana, mesmo a parte cultivada pela esquerda, ou seja, o campesinato sempre foi colocado em segundo plano. “A história do Brasil é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história de trabalhadores e rebeldes” (MARTINS, 1981, p. 26).

Compreendemos o campesinato e sua reprodução a partir das relações não capitalistas de produção, assim, o campesinato como classe, se diferencia da burguesia agrária e também do proletariado.

O campesinato não possui a mesma concepção da burguesia agrária, se constituiu em um sujeito social com seu modo de ser e viver. Sua racionalidade está baseada na reprodução social da família e na produção de alimentos para a sociedade.

### **A Questão Agrária e a resistência camponesa**

A modernização da agricultura inicia-se por volta da década de 1950 em decorrência da expansão industrial que estava ocorrendo em todo o mundo. No Brasil, a modernização da agricultura se desenvolve baseada na acumulação de capital gerada pelas indústrias, situadas principalmente no sudeste e no sul brasileiro.

O Brasil, na década de 1950, começa a passar por uma intensa industrialização, tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais, com isso, houve maior pressão sobre a agricultura no sentido ampliar a oferta de alimentos. Gradativamente, ocorreu o estreitamento das relações de dependência entre a indústria e a agricultura, definidas pelas apropriações parciais do trabalho rural e dos processos biológicos pela indústria, como, a utilização de fertilizantes químicos, maquinários, e desenvolvimento de sementes mais resistentes e produtivas. Para Graziano Neto (1985, p. 27) “[...] a chamada modernização da agricultura não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente”.

A modernização da agricultura passa a seguir o modelo capitalista, com isso, somente alguns seguimentos são beneficiados, como os grandes produtores que passam a cultivar monoculturas, e alguns produtos, como insumos agrícolas e maquinários para a produção dessas monoculturas.

A industrialização da agricultura, também desigual no campo brasileiro, revela que o capitalismo está contraditoriamente unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura. Esta unificação está sendo possível porque o capitalista se tornou também proprietário das terras, latifundiário portanto. Isso se deu porque o capital desenvolveu liames de sujeição ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria (OLIVEIRA, 2005).

Graziano da Silva (1996) afirma que o conceito de modernização refere-se às mudanças capitalistas na base técnica da produção, pela passagem de uma agricultura natural para uma agricultura artificial, que utiliza os produtos fabricados pela indústria com o intuito de aumentar a produtividade. O desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira teve um

caráter conservador, já que se fundamentou sobre a concentração fundiária e na não realização da reforma agrária.

Ainda, de acordo com o autor, o processo de modernização da agricultura brasileira no pós-segunda guerra mundial, é parte do processo capitalista de desenvolvimento a que está submetido o nosso país, e se exprime de maneira contraditória pela riqueza e pela miséria que gera, de um lado, pelo crescimento da produção e da produtividade, e de outro, pelos resultados perversos do ponto de vista de suas implicações sociais, tais como o crescente êxodo rural, as longas jornadas de trabalho, e a concentração da propriedade e de renda (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

A modernização na agricultura ocorreu somente no plano agrícola. Nessa lógica, a grande maioria dos pequenos produtores, cujas condições de acesso à terra eram precárias, não foram beneficiados pela modernização e evolução das técnicas produtivas, resultando na dificuldade em permanecer no campo (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

A agricultura, quando passa pelo processo de modernização, automaticamente divide o meio rural em duas partes, os grandes agricultores que possuem capital e conseguem se modernizar, comprando insumos agrícolas e maquinários para suas propriedades, e os pequenos agricultores que são descapitalizados e incapazes de adquirir completamente os pacotes tecnológicos para a modernização de suas propriedades. Fica evidente a exclusão do pequeno produtor em meio ao avanço tecnológico, pois sem capital, ele não consegue comprar os produtos que viabilizariam maior produtividade de sua produção, proporcionando assim maior geração de renda.

Assim, o camponês sai prejudicado por não conseguir se inserir na dinâmica do sistema capitalista, em não se modernizar para aumentar sua produção, portanto a modernização da agricultura beneficia uma pequena parcela de produtores rurais, os grandes latifundiários, que já possuem capital e conseguem ter acesso a mais tecnologia para aumentar sua produção, obtendo assim uma maior geração de renda, ou seja, os grandes produtores que já possuem capital, conseguem aumentar sua renda.

A questão agrária surge em um contexto que ocorre a contradição do sistema capitalista de produção, que, de um lado temos a concentração de riqueza, e de outro a expansão da pobreza e da miséria. Essa questão ocorre pelo fato de os camponeses sujeitarem a renda da terra ao capital, e neste sentido, há a sujeição e a resistência do campesinato à lógica do capital. Ao resistirem, os camponeses se recriam constantemente, seja através do arrendamento ou da compra da terra (FERNANDES, 2005).

A reprodução do camponês se dá baseada em sua produção contínua na sua propriedade, produzindo constantemente as condições para plantar uma lavoura ou para sobreviver, reproduzindo os meios de produção, tentando assim estabelecer relação com o seu principal meio de sobrevivência, se reproduzindo constantemente sobre seu estabelecimento rural. Portanto, o que podemos concluir desse processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, particularmente no campo, é que estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. O que significa dizer que o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, para todos os lugares, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação, de novos capitalistas.

A questão agrária sempre esteve ligada aos conflitos por terra, mas devemos analisá-la muito além do conflito territorial, pois essa conflitualidade entre as classes ou camponeses contra o Estado se dão no sentido da contradição e da desigualdade que o capitalismo proporciona. De acordo com Fernandes (2005, p.2)

O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização-desterritorialização-reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais.

A imensidade com que a questão agrária alcança o campo e a cidade, atingindo a tudo e a todos, em todas as dimensões do desenvolvimento. Ela é composta por contradição e pelo paradoxo, revelando sua complexidade, a contradição está presente no capitalismo e o paradoxo no movimento da questão agrária, e esta é a sua característica mais relevante, porque ela se manifesta na conflitualidade e no desenvolvimento, através de relações sociais distintas, construindo territórios diversos em constante confronto.

A formação do campesinato não acontece somente pela reprodução ampliada das contradições do capitalismo. A outra condição de criação e recriação do trabalho camponês é uma estratégia de criação política do campesinato, a luta pela terra. É por meio da ocupação da terra que historicamente o campesinato tem enfrentado a condição da lógica do capital (FERNANDES, 2005).

Os camponeses, por todo o seu histórico de lutas e resistência, se consolidam mais firmemente nos movimentos sociais, sendo que, neste sentido, os movimentos sociais se tornaram paradigmáticos na realização de lutas e passaram a ser considerada a forma mais eficiente de resistência camponesa.

De acordo com Fabrini (2008, p. 254)

Os movimentos tornam-se o paradigma de luta, resistência e construção do lugar social dos camponeses. A organização dos camponeses nos movimentos sociais em escala nacional e internacional indica que sua existência reside mais na sua eficiência política do que na capacidade de produção de mercadoria a baixo custo ou obtenção de vantagens no mundo da mercadoria.

Dessa forma, quando o camponês está organizado nos movimentos sociais, ele desenvolve um conjunto de manifestações que garante sua existência e, conseqüentemente, incomoda a parcela dominante da sociedade que não lhe reconhece como sujeito e classe social (FABRINI, 2008).

A concentração da terra é uma das características do capitalismo no campo que agrava a questão agrária, uma possibilidade para amenizar essa concentração, seria a propriedade coletiva da terra, pois iria atenuar a concentração da terra para que, mesmo havendo propriedade privada, o uso da terra seria mais democrático e menos explorador. Dessa forma, compreendemos que

[...] a distribuição mais igualitária da terra é mais coerente com os interesses coletivos, tanto pela melhoria das condições de vida da população, que teria acesso à terra, quanto pela produção de alimentos de forma socialmente mais adequada. Desta maneira, a concentração fundiária é a base fundamental dos problemas da questão agrária brasileira e por isso capital e campesinato disputam a terra como território e a sua concentração ou distribuição é um indicador da gravidade da questão agrária (GIRARDI, 2008, p. 1).

Girardi (2008) faz uma análise da concentração fundiária no Brasil, na qual essa realidade é exacerbante, em síntese, a evolução da estrutura fundiária que, entre 1992 e 2003 o território camponês se territorializou sobre 36.510.186,6 hectares (ha), já o território do latifúndio e agronegócio, sobre uma área duas vezes maior, com 71.942.393,5 ha. Enquanto a evolução 1992 a 2003 no campesinato perfaz uma área média de 30 ha, a evolução no latifúndio e agronegócio tem área média de 753 ha por imóvel rural. Isso indica, mas uma vez, a disparidade entre esses dois territórios e que a concentração da terra se mantém.

O estudo feito pelo autor demonstra como a propriedade da terra está concentrada nas mãos de poucas pessoas, e ainda, que a maior parte das terras está sendo destinada para o cultivo de monoculturas que são exportadas. E isso demonstra que a produção é estritamente capitalista, sendo a propriedade da terra uma propriedade privada, ainda mais exploratória e socialmente injusta.

Dessa forma, para que as pessoas que foram expulsas de suas terras tenham o direito de viver e cultivar, seria necessário que houvesse a reforma agrária. A reforma agrária é compreendida como uma política importante de distribuição da terra, como forma de impedir

a intensificação da expropriação. A luta pela terra é considerada como condição essencial para a formação do campesinato (RAMOS FILHO, 2013).

Para os camponeses, a terra tem um sentido mais amplo, pois é através dela que eles desenvolvem suas atividades essenciais para a vida, como a moradia, a produção de alimentos básicos para a família, a geração dos recursos econômicos necessários à sua existência, a realização da cultura e sua constante reprodução e resistência. Portanto, a conquista da terra para o campesinato, comporta as funções de moradia, de trabalho, e de vida.

De acordo com Ramos Filho (2013, p. 7)

[...] a terra representa um sonho para os camponeses expropriados, quando o acesso a ela converte-se em acesso ao território, a terra tanto sonhada torna-se o meio que possibilita ampliar e materializar os sonhos da família, em diferentes planos, dimensões e escalas temporais.

Neste sentido, além dos camponeses não terem acesso à terra, ao seu modo de vida, eles também não têm acesso às políticas públicas, ou quando conseguem, este acesso é restrito. Historicamente, as políticas públicas agrícolas sempre estiveram voltadas para os grandes produtores, principalmente após a década de 1950 com a modernização da agricultura. Esse processo contribuiu de forma significativa para a exclusão do pequeno produtor dos meios de produção. A falta de incentivos governamentais dificulta a produção e até mesmo a permanência no campo por parte dos produtores familiares. As políticas públicas devem ser ajustadas, objetivando direcionar mais financiamentos para que os pequenos produtores possam melhorar as técnicas de produção, a diversificação das atividades, podendo assim, obter mais renda e um desenvolvimento rural com a exploração da terra de forma mais sustentável.

O autor Ramos Filho (2013, p. 21) explana que

[...] os programas de transferência de renda são instrumentos paliativos de mitigação da pobreza, através dos quais o Estado incumbe-se de atribuir uma espécie de mesada aos mais pobres para que possam consumir o mínimo essencial à reprodução da família. Sua existência está condicionada à vontade política de cada governante, assumindo, portanto, uma condição intermitente e compensatória. As políticas compensatórias se limitam em mascarar momentaneamente os problemas, infla as estatísticas, criando assim um cenário favorável para a propaganda política. Quando a conjuntura mais favorável passa, os programas são suspensos e os problemas emergem com maior gravidade.

As políticas públicas possuem uma característica assistencialista, ela não melhora o problema de fato, falta crédito para investimentos e, principalmente, para financiar mudanças nos sistemas de produção, para reconversão produtiva e para atividades não-agrícolas no meio rural. Os bancos comerciais dificilmente financiam sistemas de produção diversificados e sustentáveis, ou produtos orgânicos e diferenciados. Com isso, o agricultor não tem opções de

diversificar sua produção e melhorar sua renda, sendo compelido a produzir os produtos que possuem um baixo valor agregado.

O apoio técnico e o incentivo das políticas públicas para com os camponeses poderiam auxiliá-los na melhor forma de cultivo dos alimentos, pois são através dos produtos plantados, cultivados e colhidos em sua propriedade, que os camponeses se estabelecem e se recriam constantemente. Assim, poderíamos falar que o território camponês está intimamente ligado com as questões da soberania alimentar, que estão associadas às múltiplas questões, como por exemplo fome, alimento, política pública, modelo de desenvolvimento, relações sociais, tecnologia, trabalho, governo, campesinato, agronegócio, questão agrária, entre tantos outros.

Para Fernandes (2005, p. 15)

Soberania alimentar é um território do campesinato. Ela gera um conjunto de conflitualidades que possibilita ao campesinato a disputa territorial tanto no campo das políticas públicas quanto no campo da produção agrícola. Ela exige outra escala geográfica da produção e da comercialização para que tenhamos alimentos saudáveis em nossas casas. A soberania alimentar se transforma a cada dia num movimento mundial em defesa de nossos territórios. A nossa mesa, onde comemos, também é nosso território.

O alimento para os camponeses não é visto somente como mercadoria, ele é condição fundamental de existência e, portanto da cultura da humanidade. Por isso os camponeses trabalham com agricultura e as corporações com agronegócio.

A soberania alimentar atualiza o debate sobre a questão agrária e o capitalismo agrário. Com seu pioneirismo, a Via Campesina coloca ao campesinato uma grande responsabilidade, desenvolver políticas que defendam a soberania camponesa. Isso significa expandir idéias, ou seja, territórios imateriais e territórios materiais, configurados em terras produtoras de alimentos saudáveis. A proposta da soberania alimentar reorganiza o comércio local e mundial. Coloca em questão a viabilidade do modelo do agronegócio. Defender o alimento significa defender o território em que se produz o alimento (FERNANDES, 2005).

O camponês, resistindo e recriando constantemente em seu território, demonstra que consegue confrontar-se contra o sistema capitalista, pois em sua propriedade ocorrem relações de trabalho não assalariado, indo contra a lógica capitalista de produção. Com isso, o campesinato consegue cada vez mais ganhar forças e continuar lutando em prol de seus ideais, defendendo sua terra, sua cultura, e suas crenças, lutando contra a expansão do agronegócio, que tem como objetivo principal aumentar a área de produção, e isso faz com que grande parte dos camponeses sejam ameaçados diariamente.

Enfim, o campesinato resiste e (re)existe cotidianamente, se afirmando como classe e demonstrando sua luta na sociedade, mostrando que não é somente a produção de alimentos

que faz com que eles precisam resistir, e sim o modo de viver camponês, sendo importante para a criação e recriação de modos de vida e saberes culturalmente vividos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A expansão do sistema capitalista de produção no campo teve como resultado a expulsão e expropriação de uma parcela significativa de camponeses de suas terras. Esta expansão gerou uma grande massa de despossuídos, excluídos do acesso a terra. Diante deste quadro de exclusão dos camponeses dos meios de produção, eles lutam diariamente, resistindo e se reproduzindo.

Os camponeses, através de suas lutas e reivindicações, conseguem se inserir na arena política, participando de discussões com o Estado referentes à luta pela terra. É nesse cenário de politização que o camponês aperfeiçoa ao participar de um movimento de luta pela realização da reforma agrária, se faz refletir na maior inserção deste na discussão de diversos assuntos relacionados à organização social, política e econômica.

A luta e a resistência camponesa se dão também diante da falta de políticas públicas direcionadas para os pequenos produtores, pois a ausência de políticas públicas básicas é notável. Assim, as famílias vivem em precárias condições, como a falta de infra-estrutura sanitária, de saúde, transporte, educação e insegurança alimentar.

As teorias agrárias escritas no século passado sintetizam o que ocorre nos dias de hoje, a luta pela qual os camponeses precisam passar para continuarem sua sobrevivência no meio rural, a resistência e a insistência por ter uma melhor qualidade de vida, demonstram como os camponeses são persistentes em se fixarem em seu meio de produção e de vida, que é a sua propriedade rural, a sua terra.

Enfim, os camponeses resistem e (re)existem cotidianamente, se reproduzindo juntamente com seus familiares em sua propriedade, lutando contra a expansão do sistema capitalista produção, que, cada vez mais, exclui os pequenos produtores de suas terras. Os camponeses são a evidência viva de que se pode lutar contra a expansão do modo capitalista, pois a relação de trabalho existente dentro da propriedade familiar é baseada em uma relação de não assalariada, e sim de trabalho familiar.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; PAULINO, Eliane Tomiasi. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Revista Geografia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000. Mimeografado.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE Verena (Orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 133-163.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/ PR enquanto território de resistência camponesa**. Tese (Doutorado em Geografia) Unesp, Presidente Prudente. 2008.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: FABRINI, J. E.; PAULINO, E.T. (Orgs.). **Campesinato e território em disputa**. São Paulo: Expressão Popular/UNESP-PPGGeo, 2008, p. 239-271.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Org.). Ed.: UNICAMP, 2005.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Estrutura fundiária. In: **Atlas da questão agrária brasileira**, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2.ed. Campinas:UNICAMP, 1996.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da agricultura moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 58-60, 155-179 p. 18-24, 1986.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária**. Porto: Portucalense, 1972. v.1.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2 ed. Petrópolis: Vozes. p. 151-177. 1981.

\_\_\_\_\_. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A.F. (org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2005. p.63-110.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. A contrarreforma agrária no Brasil no início do século XXI. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SOUZA, Raimunda Áurea Dias de (Orgs.). **O capital e a ocupação de terras/território**. São Cristóvão: editora UFS, 2013. p. 243-300.

SHANIN, Teodor, WORSLEY, Peter. **Basic Concepts of Rural Sociology**. Editor's Preface. In: Galeski Manchester: Manchester University Press. 1967.

\_\_\_\_\_. El campesinato como fator político. In: **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979, p. 214-236.

\_\_\_\_\_. **A definição de camponês**: conceituações e desconceituações. Estudos CEBRAP. 1980.

\_\_\_\_\_. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA** - Presidente Prudente. Ano 8, nº. 07. Julho/Dez de 2005.

\_\_\_\_\_. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinatos e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular. p. 23-48. 2008.

Recebido para publicação em 01/04/2014

Aceito para publicação em 24/07/2014